



REPORTAGEM DE CAPA

SANGUE AZUL SEM PUDOR

UMA ELITE DE SERVIDORES FEDERAIS
SEGUE O EXEMPLO DO MP E DO JUDICIÁRIO
E USA SEU PODER PARA MANTER
E CONQUISTAR NOVOS PRIVILÉGIOS

por ANDRÉ BARROCAL

Salário gordo e mordomias existem há tempos imemoriais no serviço público federal. A fama marqueteira de “Caçador de Marajás” foi capaz de levar um farsante à Presidência em 1989. A turma da boa vida continua por aí até hoje, e não é por obra da derrubada precoce de Fernando Collor. No século XXI, carreiras inteiras converteram-se em redutos de marajás. Umas foram espertas em tirar proveito das decisões tanto de um governo neoliberal resolvido a enxugar a máquina quanto daqueles que tentaram fortalecer o Estado. Outras têm sido bem-sucedidas em preservar regalias históricas. Nos dois casos, muitas vezes usam o próprio poder para se imporem e movem-se de forma egoísta, a encarar o setor público como fonte de riqueza privada em um país tão desigual.

A casta de privilegiados federais desta história compõe-se de algo entre 100 mil e 150 mil pessoas. Gente do Executivo, Ministério Público (MP) e Judiciário cujos vencimentos são batizados de “subsídio”. Este unifica em um só valor a remuneração paga com verba pública a servidor. É a soma do salário fixo e de umas rendas extras e variáveis, daí que as cifras costumam ser altas. Já existia para parlamentares, MP e Justiça, e uma reforma administrativa de Fernando Henrique Cardoso em 1998 abriu caminho para certos burocratas entrarem no trem da alegria e formarem um núcleo de comando no governo. Sucessor de FHC, Lula usou os subsídios para valorizar categorias desprezadas pelo tucano e melhorar o Estado. Botou uma penca delas no subsídio entre 2006 e 2008. A última inclusão ocorreu em julho passado, em lei sancionada por Michel Temer.

Umas 40 carreiras do Executivo recebem por meio dos subsídios, a elite “sangue





Este prometia caçá-los,
mas não foi a sua derrubada
que os manteve em vida

PRENSA TRÊS



REPORTAGEM DE CAPA

azul”, como são conhecidas. Delegados federais, auditores fiscais da Receita, advogados públicos, auditores da CGU, analistas da área econômica, diplomatas e gestores, entre outros. Seu holerite médio é de 17 mil reais mensais, 14 vezes a renda per capita nacional (1,2 mil). E logo saltará. Enquanto os gastos sociais eram congelados por duas décadas e o País afundava mais um pouco na recessão em 2016, arrancaram reajustes do governo válidos até 2019, o que os distanciará ainda mais da renda do brasileiro. Um delegado agora ganha até 28 mil e chegará a 30 mil em dois anos. Auditores da Receita e da CGU, advogados da União e analistas da área econômica recebem 24 mil. E por aí vai.

O governo Lula adotou outras duas práticas que alimentaram o poder de barganha da casta “sangue azul”. A primeira foi realizar inúmeros concursos para contratar pessoal. Isso difundiu o sentimento meritocrático em Brasília, com os aprovados a sentir-se reis do pedaço, sem dever nada a



ninguém e a pensar primeiro em si. A outra foi nomear um “prata da casa” para comandar algumas repartições. O chefe da Receita a partir de 2003 foi o auditor fiscal Jorge Rachid, de volta ao cargo desde 2015. Na PF, Lula de cara empossou o delegado Paulo Lacerda, agora a cadeira é do delegado Leandro Daiello, outro sobrevivente da era Dilma Rousseff. Na Advocacia-Geral da União, o procurador

da Fazenda Luís Inácio Adams esteve à frente de 2009 a 2016, hoje o posto é da colega Grace Mendonça.

Essa prática estimulou o líder das repartições a portar-se feito “sindicalista”, diz uma ex-autoridade que lidou com servidores na era petista. A luta corporativa, sublinha, substituiu a sindical, daí não se ver há tempos uma grande greve federal. Último ministro da Justiça de Dilma,

A ELITE SANGUE AZUL DO GOVERNO (EM R\$)

CARREIRA	SALÁRIO INICIAL	SALÁRIO FINAL
Delegado da PF	21.644,37	28.262,24
Auditor da CGU	22.649,21	24.142,66
Auditor fiscal da Receita Federal e do Trabalho	19.211,01	24.943,07
Advogado da AGU	19.197,67	24.943,14
Defensor Público da União	17.330,33	22.516,94
Analista da CVM	20.932,41	24.142,66
Analista do Banco Central	16.933,64	24.142,65
Analista da Susep	16.933,64	24.142,65
Diplomata	16.935,4	24.142,66
Gestor	16.933,64	18.966,43

Fontes: Leis 13.327/2016 e 13.371/2016, MP 765 e Ministério do Planejamento

DOMÍNIO PÚBLICO / AFP



o subprocurador-geral Eugênio Aragão tem visão parecida. Defensor de que o pagamento via subsídio volte a ser só para parlamentares, ministros, MP e juízes, uma forma de reduzir os salários dos burocratas, ele enxerga chantagem contra o Executivo. “Existem carreiras bem posicionadas no quadro que falam de igual para igual com o governo, são recebidas com tapete vermelho nos ministérios e usam seu poder de intimidação”, afirma. “Enquanto isso, professores e médicos fazem greve e muitas vezes não levam nada.”

Delegados, auditores fiscais e advogados públicos estão no pelotão de frente no emprego do “poder de intimidação”. Os 1,7 mil delegados federais tornaram-se uma categoria para lá de especial, e não só porque uma norma interna de 2013 da PF manda que sejam chamados de “excelência”, tratamento dispensado ao presidente e a parlamentares.

Estiveram na primeira leva de carreiras a entrar no trem dos subsídios com Lula. Conseguiram um baita *upgrade* salarial desde então. Seus atuais contracheques são campeões no Executivo.

Em busca de mais poder e dinheiro, os delegados lutam para o chefe da PF ser escolhido em uma lista tríplice eleita pela categoria, querem atrelar seus salários aos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), limite máximo no setor público, e não ser transferidos de área de atuação por ordem de cima, uma prerrogativa de juízes. Em antiga disputa com o MP, sonham com o contra-ataque em uma batalha perdida tempos atrás. Para os delegados, investigação deveria ser conduzida por eles e mais ninguém. Nada de procurador se meter. Era o que dizia a PEC 37, proposta em 2011 na Câmara e encampada pela PF. O projeto naufragou, pois procuradores usaram a onda de protestos de rua de junho de 2013 para propagar a ideia

de impunidade à vista.

Mas as “excelências” não podem reclamar. Conseguiram um belo reforço corporativo em 2014, um episódio a mostrar suas armas de luta. Em junho daquele ano, vésperas da eleição, Dilma Rousseff baixou medida provisória a determinar que só quem fizesse concurso e tivesse curso superior poderia ser agente da PF, uma espécie de parceiro subordinado de delegado. A MP 650 foi aprovada na Câmara em 7 de outubro, dois dias após o primeiro turno da eleição. A pedido de delegados, o deputado Bernardo Santana, do PR, propôs que só bacharel em Direito pudesse ser delegado. O Planalto derrotou a ideia por 20 votos. Seis dias depois, Dilma assinou outra MP, a 657, e atendeu ao pleito dos delegados. Com um *plus* a mais: a chefia da PF seria exclusiva de delegado diante. Nomear agentes, não. Por que o Planalto fez um giro de 180 graus?

Uma testemunha dos acontecimentos

A casta de privilegiados federais compõe-se de 100 mil a 150 mil funcionários, cujos vencimentos foram batizados de "subsídios". O holerite médio dos beneficiados é de 17 mil reais por mês. Um delegado ganha 28 mil



REPORTAGEM DE CAPA

conta que Daiello, diretor da PF, pressionou muito o Planalto. Recorde-se: a Lava Jato surgira três meses antes, bagunçava a política e havia uma dura disputa entre PT e PSDB no segundo turno da eleição. Outro detalhe. Na mesma noite em que o governo aprovou a MP 650 na Câmara e venceu os delegados, a PF fez uma operação-surpresa em Brasília. Apreendeu dinheiro vivo em um avião que saíra de Belo Horizonte e teria passageiros ligados a um amigo de Dilma, Fernando Pimentel, eleito governador mineiro pelo PT dias antes. As negociações com a PF, lembra outra testemunha, sempre foram tensas, pois os delegados jogam pesado.

Os auditores fiscais da Receita são uma das carreiras federais mais fortes, com 45 mil pessoas ativas e inativas, embora tenham entrado para o mundo “sangue azul” no último pacote da era Lula. Seu sindicato, o Sindifisco, possui um fundo de greve para bancar filiado que sofre corte de ponto por dia parado. Volta e meia há propaganda da categoria na televisão. Na gestão Dilma, foi uma das pioneiras a dobrar o governo e quebrar a lógica dos “subsídios”, ao obter uma gratificação extra em 2013, o “adicional de fronteira”, devida ao pessoal das aduanas e extensiva a policiais federais.

Os auditores fiscais fizeram uma greve branca nos últimos dois anos. Em maio de 2015, inventaram o Dia Nacional Sem Computador, para causar prejuízo ao patrônio. Nada de lançar multas no sistema ou repassar créditos ao Tesouro Nacional. Era época do fracassado ajuste fiscal do ministro Joaquim Levy, e os auditores aproveitavam-se da situação para exigir tratamento VIP, dada a importância da arrecadação para o ajuste. Em agosto, entregaram os cargos de chefia em protesto por uma derrota na Câmara na tentativa de atrelar seus proventos aos do STF. Um ano depois, convenceram deputados a criar uma frente pró-fisco. Querem



Chefe da Receita desde 2003, Rachid volta ao cargo em 2015



Leandro Daiello, sobrevivente da era Dilma

DF, A PÁTRIA DOS MARAJÁS

1.226

É a renda mensal per capita brasileira.

2.351

É a renda do Distrito Federal, a maior do País, quase o dobro da média nacional e bem à frente do **segundo lugar, São Paulo (1.723)**.

A explicação é sua elite de burocratas.

81.484

É o número de pessoas no governo federal que ganham, em média, **17,2 mil reais por mês**.

13%

é o porcentual que elas abocanham de uma **folha de pagamentos** de 1.392 milhões de servidores.

Mesmo com a crise econômica e fiscal, vários reajustes foram aprovados por lei em 2015 e 2016 para essa casta de servidores.

Fontes: IBGE e Ministério do Planejamento

matar a contribuição de 11% paga pelos aposentados à Previdência e as pretensões de isonomia por parte dos analistas tributários, segundo escalão da Receita.

Em decorrência da greve branca iniciada quando ainda era um vice “decorativo”, Temer mandou ao Congresso, em julho de 2016, uma lei com reajustes e novos benefícios aos auditores, em linha com termos negociados na gestão Dilma. A carreira ficou indócil com a demora na votação, reclamou e arranjou um presente de Natal. Em dezembro, o presidente assinou uma MP, a 765, a dar aos auditores fiscais aumento de 10% a 22%.

Não parou aí. Eles conseguiram na mesma MP um “bônus de produtividade”. Vão embolsar uma fatia da arrecadação com multas, um extra de uns 3 mil mensais. Uns 20 estados já atuam nesse sentido com seus fiscos. Mas é uma ideia polêmica, e não só porque o pagamento provavelmente ficará de fora dos holerites que podem ser consultados pelos cidadãos nos sites oficiais. O mimo vale para auditor aposentado. Pergunta: qual é a produtividade de um inativo? Em breve, a Ordem dos Advogados do Brasil decidirá se questiona o bônus no STF, onde já correm ações contra o que acontece nos estados. “O bônus estimulará multas”, diz Breno Dias de Paula, presidente da comissão tributária da OAB. “Além disso, tributos são da coletividade, não podem estar vinculados a

WILSON DIAS/ABR, LUCIO BERNARDO JUNIOR E LULA MARQUES/G. PT



interesses privados.” Os sonegadores devem estar interessados no rumo da prosa.

Pioneiros na entrada no mundo dos subsídios juntamente com os delegados, os advogados públicos têm poder de barganha, pois cabe a eles defender atos e agentes governamentais nos tribunais. Uma tropa de 8 mil pessoas, incluídos aí procuradores da Fazenda, do BC e federais. A maioria leva vida boa. Jornada semanal de 40 horas, mas sobra quem dê meio expediente e trabalhe de casa, por falta de controle de ponto. Os AGUs sentem-se partícipes do mesmo sistema de Justiça que o MP e o Judiciário, daí o desejo de ganhar fortunas também. Algumas estimativas indicam que 40% dos aprovados em concurso para a carreira vão fazer prova para outra, mais bem paga.

Os AGUs enlouqueceram na primeira gestão Dilma, após a Defensoria Pública da União conquistar autonomia financeira e reajustes. (Uma autoridade que viu tudo de perto diz, aliás, que a Defensoria não processa mais o Estado, teria sido cooptada financeiramente.) Os advogados públicos só acalmaram quando, já no ano do *impeachment*, Luís Inácio Adams pediu a Dilma que lhe salvasse a pele e mandasse ao Congresso uma lei com benefícios para a categoria. Permissão para praticar advocacia privada nas horas vagas e para embolsar os honorários pagos pelos perdedores de ações contra a União. Os honorários começaram a cair na contanõ fim de fevereiro, uns 3,5 mil reais. Fora o aumento salarial de 8% a 10%, aprovado em 2016. Ah, também querem ligar seus ganhos aos do STF.

A terça-feira 7 foi dia dos AGUs, e Temer gravou um vídeo de felicitações.



Entre outras, disse que “a preservação da legalidade é o que os advogados públicos fazem”. Pensamento em linha com um espírito crescente na entidade. Em vez de bolar soluções para o governo tirar os planos do papel, como pregava o ministro do STF Dias Toffoli ao comandar a AGU de 2007 a 2009, os advogados públicos andam retranqueiros. Em vez de

Na mesma noite em que o governo aprovou a MP 650, a PF fez uma operação-surpresa em Brasília

dizer “como” fazer uma política pública, preferem dizer que “não dá” para executá-la, em nome da “preservação de legalidade”. E reivindicam serem os únicos habilitados a ocupar a consultoria jurídica dos ministérios. Não é à toa que na gestão Dilma muita gente na Esplanada festejava ameaças de paralisação da AGU.

A retranca é sinal dos tempos. A corrupção destapada pela Lava Jato colocou na crista da onda todas as carreiras de combate à corrupção, não só procuradores e delegados. Os auditores de controle da CGU foram os primeiros grevistas do governo Temer, contra a nomeação de um ministro para eles suspeito. Sonham que a pasta seja comandada sempre por um dos seus, recebedores de 22 mil a 24 mil por mês desde janeiro. O TCU, território

A prática de nomear um "prata da casa" para comandar repartições e portar-se como "sindicalista", diz uma ex-autoridade. Eugênio Aragão defende pagamentos via subsídio só para parlamentares, ministros, MP e juízes



REPORTAGEM DE CAPA

do controle externo, prepara um concurso para este ano com salário inicial de 17 mil reais. Recordação: foi o TCU que inventou o crime de “pedalada fiscal”, usado contra Dilma Rousseff.

Funcionário de carreira do Ministério do Planejamento, Bruno Moretti foi o terceiro na hierarquia do Ministério da Saúde no governo Dilma e hoje toca um pós-doutorado sobre a dicotomia “fazer-controlar”. Não são lá muito boas suas lembranças dos tempos em que tinha de comprar remédios para a rede pública. “As regras contratuais para o SUS efetivar sua missão são terríveis”, diz. “A licitação para comprar hemoderivados do exterior é igual à compra de papel higiênico”, completa, para quem a valorização de certas carreiras na era Lula alimentou o ambiente “retranqueiro”.

O cientista político Otávio Ventura, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, está para concluir uma pesquisa sobre a mudança no jogo de forças dentro do governo entre as carreiras de servidores no período de 2003 a 2016. Para ele, os “burocratas” hoje levam a melhor sobre outras categorias, sobretudo as da área social, na hora de definir políticas públicas. Os juristas e auditores dizem que não dá para fazer determinada política, enquanto o pessoal da área econômica diz que falta dinheiro. “Os burocratas estão em posições melhores no Estado, têm mais poder de decisão e capital político perante a mídia”, diz.

Governo à parte, ninguém defende tão bem em Brasília suas históricas mordomias quanto procuradores e juízes. Para Eugênio Aragão, são eles os responsáveis pela contaminação das carreiras de servidores com o espírito “sangue azul” dos subsídios, algo evidente no caso da AGU. Os contracheques de togados e membros do MP parecem os de jogador de futebol. O País é campeão mundial de gasto com o sistema de Justiça e, se depender

das duas categorias citadas, seguirá assim, vide a dificuldade de o Congresso cumprir a Constituição e acabar com os supersalários no setor público.

Em 2015, os 1,7 mil juízes federais receberam em média 38 mil mensais, e não poderiam extrapolar 33,7 mil, o salário

A FARRA NA JUSTIÇA MAIS CARA DO MUNDO

1,7 MIL
é o número de juízes do Judiciário Federal, 10% do total de magistrados do País. Cada togado federal recebeu, em média, **38 mil reais mensais em 2015**.

1,2 MIL
é o número de procuradores da República no Ministério Público, atuantes em nível federal. Salário inicial deles: **28,9 mil reais**.

60
dias de férias coletivas no Judiciário, 12 dias de recesso forense e alguns feriados exclusivos.

Fontes: Relatório anual do CNJ, calendário oficial do STF, último concurso convocado pelo MPF e Orçamento-Geral da União

28,2 MIL
é o número de seus servidores, que também se esbaldaram: **18,5 mil por mês**.

Juízes federais e procuradores da República desfrutam ainda de auxílios médico, odontológico, transporte, alimentação, moradia, funeral e natalidade.

O MPF goza dos mesmos **60 dias de férias**.



Rudinei Marques:
Inaceitáveis
supersalários com
verba pública



Kátia Abreu: injustiça
é alguém ganhar
salário mínimo

dos ministros do STF, teto teórico no setor público. O holerite de dezembro de Sergio Moro, o juiz federal do momento, foi de 117,5 mil. Na segunda-feira 6, ele ralhou com um advogado durante um interrogatório: se quer o meu lugar, “faça concurso para juiz”. Rodrigo Janot, o chefe da Procuradoria-Geral, também mostrou apego à meritocracia ao comentar, em março de 2016, uma indiscrição dita por Lula sobre a nomeação dele para a PGR: “Fiz concurso. Estudei pra caramba. Tenho 32 anos de carreira”. Um concurso convocado pela Procuradoria em agosto passado oferece 28,9 mil para procurador iniciante, uma carreira com cerca de 1,3 mil integrantes. Janot tem salário de 33,7 mil por lei. Em dezembro, embolsou 160 mil a mais, a título de indenizações por anos passados, devidos a cerca de outros 500 procuradores.

Em 2015, Dilma Rousseff mandou ao Congresso uma lei para o teto de 33,7 mil reais valer de verdade. A lei estava

ELZA FIÚZA/ABR, APEOESP/EVARISTO SA/AFP



na pauta dos deputados, em março de 2016, quando juízes e procuradores bairaram na Câmara na véspera da votação. A ofensiva teve o reforço de presidentes de tribunais estaduais, reduto de togados a receber 50 mil mensais, em média. Uma testemunha diz ter havido ameaça. Se a lei passasse, seriam julgados casos contra políticos. Deu certo. A Câmara refugou. “Existe receio do Congresso de votar contra os interesses de certas corporações, sobretudo das que têm maior poder de pressão, como MP e magistratura. Falta coragem para enfrentá-las”, diz o deputado petista Pepe Vargas, ex-articulador político de Dilma.

O tema voltou à baila após o *impeachment*, por razões pouco nobres. Atolado em denúncias de corrupção na Lava Jato, o peemedebista Renan Calheiros, então presidente do Senado, patrocinou a aprovação a toque de caixa de uma lei do teto em dezembro. O projeto ficou ligeiramente mais *light* do que o de Dilma. A exclusão de uma palavra (“exclusivamente”) deixou uma brecha para salvar certos penduricalhos, as incríveis férias coletivas de 60 dias anuais para procuradores e juízes foram preservadas de uma pequena tentativa de mudança.

O projeto foi tema de uma única audiência pública, em 6 de dezembro. Na ocasião, os presidentes da associação dos membros do MP, Norma Cavalcanti, e o da associação dos magistrados, João Ricardo da Costa, usaram argumentos parecidos. São carreiras com



especificidades. Nenhuma delas tem reajuste anual, algo inexistente para toda a turma “sangue azul” do governo federal. A criação da figura do “subsídio” acabou com um adicional por tempo de serviço, o chamado quinquênio, que Cavalcanti e Costa deveriam ter ressuscitado. No Senado, há quem tope retomar o “quinquênio”, e uma proposta sobre isso está

para ser votada a qualquer momento.

Cavalcanti e Costa foram fulminados no debate pela relatora do projeto, a ruralista Kátia Abreu, do PMDB. “Injustiça é alguém ganhar pouco mais de 800 reais (de salário mínimo). Sem demagogia, gente. A distância entre o teto e o salário brasileiro é inadmissível.” O representante naquele debate do fórum das carreiras de Estado, Rudinei Marques, concordou. Para ele, com a alta da pobreza e do desemprego, fica ainda mais inaceitável pagar supersalários com verba pública. “Ou nós temos solidariedade com os demais brasileiros ou é cada um por si. Não há alternativa. Aí o estamento burocrático se protege e seja o que Deus quiser.”

Para a elite “sangue azul” dos marajás, é sempre “seja o que Deus quiser”. Para os outros. •

Em dezembro passado, Renan Calheiros, presidente do Senado, patrocinou a aprovação de uma lei do teto, levemente mais branda do que a encaminhada por Dilma. Salvou os 60 dias de férias anuais para procuradores e juízes